

E ditar, produzir e fazer circular livros que possam colaborar com a melhoria do ensino no Brasil, estabelecer uma ponte entre a produção do conhecimento e a sociedade. Promover a circulação do saber, enfim. Esta tem sido, desde o início, a preocupação da Editora Contexto.

Boa leitura!

Siga-nos:



www.editoracontexto.com.br



SUMÁRIO



Introdução: mídia, conflito e formação de preferências	7
<i>Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli</i>	
Meios de comunicação, preferências e voto no Brasil.....	23
<i>Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel</i>	
Jornalismo, conflito e objetividade.....	57
<i>Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel</i>	
O jornalismo como gestor de consensos.....	91
<i>Flávia Biroli</i>	
A reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico.....	117
<i>Flávia Biroli</i>	
Kitsch e discurso político na mídia.....	147
<i>Luis Felipe Miguel</i>	
Igualdade e oportunidade nas campanhas de Lula.....	169
<i>Luis Felipe Miguel</i>	
Conclusão: a mídia e a democracia no Brasil	199
<i>Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli</i>	
Bibliografia.....	213
Os autores.....	223

INTRODUÇÃO: MÍDIA, CONFLITO E FORMAÇÃO DE PREFERÊNCIAS

Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli



Os meios de comunicação de massa revolucionaram nossa forma de estar no mundo. Desde a imprensa, no século XVII, até a internet, hoje, passando centralmente pelo rádio e pela televisão, a mídia transformou os fluxos de informações, produziu novos rituais da vida diária, proporcionou uma quantidade antes inimaginável de vivências vicárias. Este livro é sobre os meios de comunicação de massa e seu impacto social; em particular, seu impacto sobre as formas do conflito político no Brasil contemporâneo.

Embora dialoguem permanentemente com a realidade brasileira, os textos que formam o livro possuem a ambição de contribuir para uma compreensão teórica aprimorada da relação entre os meios de comunicação e a política. Para tanto, é

importante aprofundar o entendimento dos processos produtivos da mídia – como os estudos sociológicos do chamado *newsmaking* fazem há décadas – e de sua interface com as estratégias dos agentes políticos. Trata-se de uma questão que ainda permanece subdesenvolvida na teoria política, o que, aliás, contrasta com a atenção que recebe dos líderes políticos nas disputas reais: eles possuem uma preocupação quase obsessiva com sua visibilidade na mídia.

Os estudos da área indicam duas vias principais de influência da mídia sobre a política (cf. Miguel, 2014, cap. 4). Por um lado, a influência sobre os agentes políticos, que adaptam seus discursos às formas exigidas pelos meios e moldam suas formas de ação na expectativa da cobertura midiática que pretendem obter. Por outro lado, há o impacto sobre o público, que vai se situar a partir das representações do mundo que recebe da mídia. Ela tem, portanto, uma influência decisiva no processo de formação das preferências políticas.

Ao discutirmos a mídia, nos capítulos que se seguem, pensamos em primeiro lugar no jornalismo. É claro que seus outros conteúdos – que compõem a “programação de entretenimento” – também têm importância, na medida em que transmitem valores e visões de mundo. São material ideológico, para usar um conceito imerso em polêmica, mas que tem o mérito de jogar luz sobre o caráter ativo das representações do mundo. Mas o jornalismo, entendido como o sistema que reúne, seleciona, hierarquiza, organiza e vende informações sobre a atualidade, possui um impacto político muito direto. É a ele, em primeiro lugar, que se dirigem os formadores de opinião e candidatos à liderança política; é dele que o público retira o material que contribui de maneira mais ostensiva para seu entendimento das alternativas políticas existentes a cada momento. É dele, também, que as novas formas de sociabilidade, como as redes sociais, retiram a maior parte do material que discutem e reinterpretam em seus próprios espaços.

Como prática social, o jornalismo se constituiu em torno de um conjunto de valores que sustentam sua pretensão de expor o mundo “tal qual ele é” a seu público.¹ Os ideais clássicos de imparcialidade, neutralidade e objetividade podem ter sido desafiados por percepções mais complexas dos processos de produção das notícias, mas continuam ocupando posição central na autoimagem dos jornalistas, na constituição dos esquemas de atribuição de valor a seu trabalho, na defesa desse trabalho diante das pressões internas e externas ao campo jornalístico, na construção de um referencial ético compartilhado pelos próprios jornalistas – e também na sua legitimidade diante dos consumidores de informação.

Ao lado da imparcialidade e de seus correlatos, há outro valor perseguido pelo jornalismo: o pluralismo. Se não é possível atingir o ponto arquimediano a que a imparcialidade aspira, podemos ao menos alcançar um sucedâneo dela ao expor todas as múltiplas parcialidades. Há um movimento similar ao que ocorre na teoria democrática, em que o ideal de “governo do povo” tende a ceder passo à ideia de que as decisões seriam tomadas em resposta à pressão de múltiplas minorias. Com isso, a partir da metade do século XX, o pluralismo se tornou uma espécie de “índice” de democracia.

Na nossa compreensão, a abordagem liberal pluralista faz uma crítica insuficiente à imparcialidade, mantendo-a como o valor-guia final. O problema estaria na realização imperfeita desse ideal e não em suas implicações políticas. Assim, fica mantida a oposição entre parcialidade e objetividade para a avaliação do trabalho jornalístico e de seu grau de pluralismo – a saber, de sua competência para *reproduzir*, fielmente e de maneira equilibrada, as vozes e os interesses que fariam parte, *per se*, dos debates e contendas considerados relevantes o suficiente para compor o noticiário. O jornal “plural” replicaria objetivamente a pluralidade existente na realidade. Além disso, a abordagem pluralista implica o entendimento de que as múltiplas vozes se

encontrariam numa arena que seria uma espécie de palco, e não um ator. Um dos efeitos que a abordagem pluralista produz é o de que as perspectivas sociais em concorrência seriam incluídas *a posteriori*, em vez de serem constituídas e ampliadas (ou restritas) pelos próprios meios de comunicação.

Mas os limites do pluralismo midiático, nas democracias liberais, são bem evidentes. Como observou Daniel Hallin, o jornalismo se move dentro do que chamou de “espaço da controvérsia legítima”. Diferentes vozes devem estar representadas, mas vozes consideradas dissidentes ou desviantes de um consenso básico não precisam ser levadas em conta: a *Fairness Doctrine* (diretriz oficial do jornalismo estadunidense entre 1949 e 1997) não devia dar guarida aos comunistas (Hallin, 1986: 116-7). Muitas vezes, o pluralismo na cobertura é entendido como a necessidade de refletir o sistema partidário: são as posições dos principais partidos que precisam estar representadas. Na medida em que, como a pesquisa da ciência política mostrou, a disputa partidária tende a puxar as principais legendas para o centro, o debate na mídia pode incorporar apenas uma fatia bastante limitada do espectro de posições presentes na sociedade. Além disso, outras formas de atuação política, assim como as visões de mundo que mobilizam, não correspondem em grande medida à própria concepção da política e dos conflitos políticos que o jornalismo chancela.

O que procuramos fazer é deslocar o problema de modo que a noção de pluralismo político incorpore o problema da relação entre a democracia, os meios de comunicação e o “pluralismo social” (Miguel e Biroli, 2011, cap. 2; Miguel, 2014, cap. 3). Desse modo, torna-se possível analisar a sobreposição entre as posições presentes na mídia e aquelas presentes no campo político a partir de um entendimento que evita avaliar se o noticiário é plural tomando como referência processos que já são, eles próprios, excludentes. O jornalismo é, assim, um ator na conformação da esfera pública, na qual emergem com pesos relativos distintos

as posições que seriam, então, consideradas independentes dos mecanismos que as ativam, ampliam ou restringem. Ao mesmo tempo, se ser plural é espelhar as posições no campo político tal e qual ele se conforma em um dado momento, outras posições, que têm importância na sociedade, mas dificuldade de chegar às instituições políticas, podem ficar de fora. O debate público que ocorre nos meios de comunicação permanecerá fechado a elas.

O conceito de perspectiva, tal como desenvolvido na obra de Iris Marion Young, oferece um caminho para compreender as formas de exclusão que impactariam um público ou uma esfera de representação constituída, minimizando sua pluralidade e também seu potencial democrático. Ela entende que os sujeitos a serem analisados, aqueles que são objetos de exclusão ou favorecimento, não são os indivíduos, mas os grupos. Esses grupos não possuem uma identidade permanente, essencial: existem como função das interações entre os diversos grupos numa sociedade historicamente constituída. O caminho, portanto, é entender os processos que indicam “uma rede de relações de reforço e restrição” que geram diferentes condições de acesso às esferas sociais, atuando “conjuntamente para produzir possibilidades específicas e excluir outras” e operando em um “círculo de reforço” às condições, posições e relações existentes (Young, 2000: 93).

Os valores da imparcialidade e da objetividade no jornalismo, embora possam servir como uma forma de resistência relativamente a pressões de governos e mesmo de agentes econômicos, escondem a adesão a posições que, por sua vez, correspondem à visão de mundo de alguns grupos, mas não de outros. Numa sociedade cindida por clivagens (de classe, de gênero, de raça, entre muitas outras), a apresentação de visões parciais como se fossem “nenhuma posição” permite que as experiências e os interesses de alguns grupos sejam universalizados. Como as clivagens que diferenciam os grupos correspon-

dem a privilégios, estamos falando de hierarquias socialmente estruturadas que ganham forma no debate público por meio da visibilização e da vocalização desigual dos grupos.

A própria definição do que faz parte e do que não faz parte do universo legítimo da política reflete tais assimetrias. Numa crítica influente ao conceito habermasiano de esfera pública, Nancy Fraser (1992) indicou a necessidade de “contrapúblicos” em que os grupos subalternos fossem capazes de discutir entre si e produzir uma visão mais autônoma do mundo. Na medida em que os meios de comunicação de massa formam um eixo determinante da esfera pública, as observações da teórica estadunidense contribuem para questionar até que ponto o programa político dos dominados passa pela inclusão igualitária na mídia hegemônica ou, por outro lado, pela geração de suas próprias redes de comunicação. Não se trata, no entanto, de reduzir o problema fundamental da assimetria entre as grandes empresas, que têm no seu peso atual um recurso para fazer valer seus interesses e pressionar pela manutenção de um sistema de mídia no qual sua centralidade permaneça, e as mídias que abrigariam perspectivas alternativas (ou críticas), mantendo muitas vezes uma posição frágil ou marginal. Na análise de Fraser, prevalece a tensão entre o reconhecimento de que existem diversos públicos (e perspectivas, para mantermos a noção corrente nesta discussão) e a análise crítica da assimetria entre eles, isto é, de como suas posições relativas correspondem a diferentes recursos para se fazer ouvir, fazer valer seus interesses e incidir sobre a política institucional.

A visibilidade diferenciada nos meios de comunicação é entendida como parte de um “círculo de reforço” que naturaliza não apenas a visão de mundo de alguns grupos, mas o exercício desigual de influência nas democracias. Há matizes entre a exclusão pura e simples de um grupo e os obstáculos para que esse grupo tenha alguma autonomia na definição de quais são suas necessidades e seus interesses. Em um polo, temos a ausência, os

estereótipos e a definição dos grupos como “objetos” de políticas e apreciações muitas vezes investidas de um caráter técnico, em outro, temos a possibilidade de que grupos diferenciados e que competem na construção de sentidos para sua experiência e para o mundo social tomem parte autonomamente no debate. Quanto mais próximos estamos do primeiro polo, maior é a possibilidade de que os estereótipos orientem os juízos relativos às diferentes competências e habilidades de homens e mulheres, às diferentes disposições morais de ricos e pobres, à capacidade que os diferentes indivíduos teriam para emitir opinião sobre assuntos *públicos*, para citar alguns exemplos.

Nesse quadro, portanto, a imparcialidade não é apenas vista como inatingível: ela serve a funções ideológicas bem definidas. Como indica Young, ela sustenta a ideia de neutralidade estatal, que se manifestaria na autoridade burocrática e nos processos decisórios hierárquicos. Em especial, a imparcialidade reforça a opressão ao transformar o ponto de vista de grupos privilegiados em uma posição universal. A unidade à qual as diferenças são reduzidas é forjada artificialmente e é também socialmente situada. A negação da pluralidade se vincula a uma moral transcendente, capaz de totalizar as perspectivas – e de afastar quem permanece do lado de fora. O resultado é eliminar a alteridade como integrante efetiva do espaço público. Por fim, a imparcialidade legitima hierarquias baseadas na divisão entre público e privado, assegurando despolitização da opressão de variados grupos.

Usar a imparcialidade como critério-chave para avaliar o grau de democracia, de justiça ou de pluralidade da mídia ou do jornalismo implica perder de vista uma parte relevante das dinâmicas de opressão. É um valor que promove a ocultação dos lugares de enunciação dos discursos e das redes de diferenciação que os caracterizam e que fazem com que circulem por determinados espaços e sejam aceitos como verdadeiros.

Na abordagem de Young, a noção de objetividade ganha um significado diferente daquele que é corrente na deontologia

do jornalismo. De um lado estariam perspectiva e objetividade e, de outro, imparcialidade e ponto de vista universal. No primeiro campo, justiça envolve a consideração e negociação entre perspectivas variadas – incorporando a diversidade e o conflito social e, *por isso*, promovendo uma visão *objetiva* das relações sociais. No segundo, justiça envolve a promoção do bem comum, superadas as particularidades. Ela apresenta como neutras e universais as posições dos grupos hegemônicos e, *por isso*, no limite, impõe o silêncio às perspectivas sociais de outros grupos. Ou seja: a objetividade é entendida como uma conquista da comunicação democrática que “inclui todas as posições sociais diferenciadas”, mas não é “simplesmente algum tipo de soma de seus pontos de vista diferenciados” (Young, 2000: 114).

Essa interação não permitiria a superação dos conflitos estruturais, mas levaria a um alargamento do pensamento, a um melhor entendimento das demandas por justiça e a uma compreensão mais objetiva de cada posição e das relações entre elas. Ensinaría sobre as perspectivas de outros e explicitaria, a cada um, o quanto sua própria experiência é perspectiva (Young, 2000: 117).

A partir da discussão anterior, é possível chegar a algumas conclusões provisórias sobre as relações entre jornalismo, imparcialidade e pluralidade, que orientam as discussões que fazemos neste livro:

(1) O ocultamento da posição de enunciação do jornalismo, que ocorre graças a seu discurso universal/imparcial, funda a legitimidade e credibilidade de sua intervenção no espaço público. O discurso jornalístico se coloca como transcendendo os conflitos sobre os quais fala. Ele seria um discurso imparcial porque reconstrói o todo incorporando as diferentes partes. Mas isso não implica um agnosticismo valorativo. Porque apreenderia a totalidade de forma desinteressada, ele se apresenta como capaz de falar em nome de valores universais – o progresso, a ética, a democracia. Essa imparcialidade presumida diferencia o discurso jornalístico

do discurso de outros agentes, que tentam mobilizar tais valores, mas sempre o fazem a partir de uma posição reconhecida como interessada e parcial. E ainda quando toma posição, com clareza, ao lado de determinadas partes no conflito – como o jornalismo brasileiro, em sua quase totalidade, fez ao longo da disputa entre os governos do Partido dos Trabalhadores e a oposição conservadora –, essa tomada de posição é assumida em nome de valores como a honestidade no trato da coisa pública e a boa gestão da economia, que seriam de validade universal.

(2) O que o jornalismo produz, ao procurar uma representação objetiva das diferentes vozes sem escapar de sua perspectiva situada, é um simulacro da pluralidade. Convergência para tanto a afirmação de critérios profissionais, tecnicamente orientados, e a crença de que o jornalismo *reflete* a realidade que o circunda. Indivíduos e grupos em posições sociais de prestígio e mando teriam visibilidade maior (e diferenciada) porque essa vantagem corresponderia à realidade social. Suas características socialmente valorizadas se transmutariam em visibilidade diferenciada, como se as primeiras existissem independentemente dos quadros de valores que assim as definem e reproduzem, como se essa visibilidade não fosse justamente um elemento central na reprodução da escala de valores que os distingue. Percebe-se aqui a oscilação entre um argumento que destaca a autoria e a escolha dos profissionais e outro que afirma que o jornalista apenas capta e reproduz a realidade tal como ela lhe aparece. Um argumento ressalta os critérios profissionais; o outro, a realidade que existe de forma independente dos critérios com que a prática jornalística opera. A aparente contradição é superada quando se percebe que ambas as posições estão ancoradas numa mesma ideia: de que o jornalista se coloca em uma posição não perspectiva e mobiliza, em seu trabalho, critérios não situados socialmente. Estão ancoradas, também, na ignorância deliberada da reflexividade do trabalho jornalístico, isto é, do fato de que ele transforma o mundo social

que é seu objeto. Ao universalizar a perspectiva social de seus agentes, apresentando-a como neutra, o jornalismo torna-se incapaz de absorver a pluralidade do mundo social.

(3) O jornalismo assume a posição de fiador do pluralismo político. Da sua posição, determina os limites desse pluralismo de forma que é entendido como desdobramento direto do que está fora dele ou como julgamento legítimo, porque descolado das disputas políticas e dos interesses em conflito. Ele julga, com critérios próprios, quem merece participar do debate e, assim, estar presente no noticiário. O campo político e os interesses empresariais exercem influência, mas, no cotidiano das redações, a escolha imediata das personagens que compõem o noticiário é uma prerrogativa dos jornalistas. Essa prerrogativa é ostensivamente defendida quando se tornam mais agudas as tensões com outros campos (especialmente o político) e com os imperativos econômicos de seus empregadores. Por outro lado, a incorporação da visão e dos interesses das empresas pelos jornalistas pode ampliar suas chances de ocupar posições de maior responsabilidade e autonomia nas escolhas cotidianas, reduzindo essas tensões na mesma medida em que a “disciplina” é potencializada sem a necessidade de controle aberto.

Está em jogo também a posição social dos próprios jornalistas, que demarca o lugar de onde percebem o mundo que representam cotidianamente. Por isso, é importante observar que, para a produção de um ambiente de informação democrático, a pluralidade necessária não é apenas a pluralidade de proprietários da mídia (a fórmula liberal da concorrência), nem mesmo somente a pluralidade de formas de financiamento – que tende a aceitar que um jornalismo liberado das pressões do mercado seria portador dos “verdadeiros” valores da ética profissional. A pluralidade necessária é a pluralidade de vozes sociais, que ainda precisa ser construída no espaço público.²

É preciso que os diferentes grupos sociais tenham possibilidade de produzir informações a partir de suas próprias

perspectivas, o que implica no descentramento do padrão de profissionalismo jornalístico e dos padrões de hierarquização da expressão – sobretudo dos discursos políticos. Não se trata, no entanto, de acenar com uma solução que se daria pela substituição de uma perspectiva dominante por outra, dominada, que lhe seria ética ou cognitivamente superior. As perspectivas dos grupos subalternos não podem ser consideradas a fonte de onde emanariam posições políticas “não contaminadas”, exteriores às disputas, aos constrangimentos impostos pelos campos e, em especial, aos padrões legitimados historicamente para a verbalização das opiniões políticas e a representação dos interesses em disputa.

Por outro lado, a incorporação de perspectivas reconhecidamente diversas pode consistir na acomodação das diferentes trajetórias e posições sociais por elas representadas à lógica predominante nos campos político e jornalístico. O fato de que essa incorporação envolva conflitos não elimina a tendência à concentração de recursos e à reprodução ou recomposição das hierarquias. Entendidos conforme a definição de Bourdieu, os campos sociais – tanto o político quanto o jornalístico – exercem um efeito homogeneizante, impondo uma matriz de comportamentos e formas de apreender o mundo (o *habitus*) que é condição para o ingresso em si e exclui maneiras alternativas de agir e pensar. Por mais que, como o próprio Bourdieu (1981) assinala, os integrantes do campo ajam de forma estratégica para reconfigurá-lo, buscando torná-lo mais favorável à sua própria posição e trajetória, uma eventual pluralidade de perspectivas de origem sempre esbarrará na exigência uniformizadora da posse de um *habitus* adequado para a permanência naquele espaço. A concentração do capital político, própria dos regimes representativos, e a capacidade técnica de produzir informação, exigida pelo jornalismo, são geradoras de desigualdade. A ampliação das redes em que a expressão se dá não significa que foram abolidas as hierarquias entre grupos. O acesso a recursos

expressivos permanece desigual e algumas formas de dizer o mundo e tornar públicos experiências e interesses são tomadas como superiores ou mais legítimas (muitas vezes porque percebidas como desinteressadas, como técnicas) do que outras.

É possível lembrar da diferenciação entre estratégias “afirmativas” e estratégias “transformadoras” (Fraser, 2003: 75). As primeiras visam incorporar mais grupos aos espaços sociais de poder e status, questionando as hierarquias vigentes, mas não pondo em xeque a existência de hierarquias. As segundas, mais ambiciosas e utópicas, buscariam “desconstruir” tanto as oposições binárias que fundam as identidades de grupo quanto as próprias estruturas da desigualdade social. Sob esse prisma, a pluralização das perspectivas no jornalismo é uma proposta de natureza afirmativa. Ela obrigaria o campo a se redefinir de maneira potencialmente mais democrática, mas manteria a separação entre produtores e consumidores de informação.

Porém, cumpre observar que, quanto mais distante o grupo está do campo – e quanto menos os integrantes do grupo dominam os códigos discursivos considerados legítimos –, mais a exigência de incorporação encontra resistências e mais mudanças na estrutura do campo requer para ser atendida. A reivindicação da pluralidade de perspectivas, assim, tensiona as formas estabelecidas de exclusão e dominação. Se não há um “ponto de chegada”, uma situação ideal em que todas as perspectivas sociais estejam igualmente presentes, uma vez que o campo reinventa seus princípios de hierarquização, a consciência da exclusão pode forçar permanentemente a redefinição dos seus limites.

Em suma, a incorporação de perspectivas diferenciadas convive com a reprodução de concentração de poder que caracteriza esses campos, mas impõe novos desafios às formas como essa reprodução se dá. A afirmação da pluralidade social ou a defesa da ampliação das perspectivas sociais presentes não encerra, portanto, nenhuma panaceia, mas expõe os limites da crítica pluralista e das representações da plurali-

dade presentes no discurso jornalístico. O percurso teórico que apresentamos neste livro contribui, assim, para a análise das conexões existentes entre as formas de reprodução das estruturas sociais (no caso, especificamente das estruturas dos campos político e jornalístico) e os conflitos relativos a potenciais reconfigurações dessas mesmas estruturas.

É esse conjunto de preocupações que fundamenta os capítulos aqui reunidos. O primeiro deles, escrito em coautoria, analisa a relação entre a comunicação e a definição das preferências políticas. Apresenta, inicialmente, uma crítica aos estudos sobre mídia e eleições no Brasil, que pressupõem que os processos de comunicação se dão de forma unilateral e regulada, projetando a existência de um eleitorado mais homogêneo do que de fato é, pressupõem que “a mídia” é um bloco monolítico, redutível aos principais conglomerados de comunicação, e compreendem as relações entre mídia e eleitorado a partir desses dois pressupostos simplificadores. A partir da crítica, são indicados caminhos para compreensões mais sofisticadas dessa relação, levando em conta a diversidade do tecido social e a complexidade dos circuitos comunicativos.

Também em coautoria, o segundo capítulo discute o valor da “objetividade” na construção do discurso e na orientação das práticas jornalísticas. A análise das revistas semanais de informação brasileiras permite observar que o ideal da objetividade e a afirmação dos valores morais não são excludentes: “fatos objetivos” e julgamentos complementam-se na legitimação do jornalismo como guardião dos valores sociais. O compartilhamento de posições sociais – e preconceitos – entre os jornalistas e seu público permite que perspectivas e interesses específicos sejam vocalizados como se correspondessem à totalidade, naturalizando um padrão de valores e transmutando julgamentos em fatos. No jornalismo, a neutralidade corresponde à validação de discursos hegemônicos.

A atuação política do jornalismo, em uma análise que parte da crítica aos efeitos da distinção entre jornalismo partidário e jornalismo profissional, é o tema do terceiro capítulo, de Flávia Biroli. A atuação do jornalismo expressa ativamente uma posição política situada. É a expressão de uma parte nas disputas mesmo quando não existe alinhamento político-partidário estável. O recurso à transcendência ou à imparcialidade é complementar, e não alternativo, a essa atuação partidária. Ela corresponde à expressão naturalizada de compreensões da política que definem os limites das controvérsias, a agenda e os atores que serão vistos como politicamente legítimos. Ao reproduzir no noticiário as fronteiras da política democrática tal como é atualmente configurada, o jornalismo promove o esvaziamento de conflitos fundamentais para uma maior pluralização da política e se coloca na posição de “gestor de consensos”.

Também assinado por Flávia Biroli, o quarto capítulo discute a relação entre mídia e tipificação a partir de uma análise do conceito de estereótipos. O ponto de partida são definições correntes do conceito de estereótipo, a partir das quais é discutida a conexão entre estereótipos, agenda e enquadramentos. O capítulo procura contribuir para uma análise teórica dos estereótipos na mídia, propondo que sejam compreendidos como artefatos morais e ideológicos. O problema central, que a análise teórico-conceitual procura informar, é o das tensões e ambiguidades presentes nas dinâmicas de reprodução e de superação dos estereótipos no discurso jornalístico.

Os dois capítulos finais, ambos de autoria de Luis Felipe Miguel, enfocam o discurso político mediado. O quinto capítulo parte do conceito de kitsch, caracterizado por Umberto Eco como um “meio de afirmação cultural fácil, por um público que se ilude, julgando consumir uma representação original do mundo enquanto, na verdade, goza apenas de uma imitação secundária da força primária das imagens”. A partir daí, é

desenvolvido um entendimento de kitsch político, observando que, na era dos meios eletrônicos de comunicação, o discurso político deve utilizar signos de distinção, que marquem suas diferenças em relação às formas expressivas correntes na mídia e deem à audiência a impressão de assistir à “alta política”, associada à “disputa de ideias” e à discussão aprofundada.

O sexto capítulo, por fim, analisa as transformações no discurso político de um líder de origem popular, estudando a propaganda política do Partido dos Trabalhadores (PT) na campanha presidencial de 2002. A “profissionalização” da comunicação de Lula, que foi parte integrante da guinada “pragmática” de sua estratégia política, coroou um longo processo de acomodação com o *establishment* político, que sepultou a novidade radical que o PT representara. De acordo com uma inspirada expressão de Haqira Osakabe, nos anos 1970 Lula trouxe para a cena política brasileira uma “palavra imperfeita” – não apenas porque transportava para a arena política a prosódia e a sintaxe próprias das classes populares, mas sobretudo porque não se prendia às fórmulas acabadas, aos modelos prontos das esquerdas tradicionais e, muito menos, das elites estabelecidas. O discurso se alimentava da experiência vivida dos trabalhadores e dos embates cotidianos dos movimentos sociais. É o traço que se perde com o “aperfeiçoamento” ocorrido em 2002, quando Lula e o PT se adaptam aos padrões do discurso político dominante, em forma e em conteúdo.

Como conclusão, os autores do livro analisam as inflexões no comportamento político da mídia brasileira, a partir sobretudo da reeleição da presidente Dilma Rousseff em 2014. Na campanha eleitoral e no processo que levou ao golpe do *impeachment*, os meios de comunicação de massa revelaram um ativismo indisfarçado, tornando-se atores políticos centrais. O discurso da imparcialidade tanto cumpre um papel legitimador quanto estabelece limites que, se ultrapassados,

inviabilizam a própria legitimação. Em momentos cruciais, a eficácia da intervenção parece ter pesado mais do que a preservação da credibilidade. A tensão entre o controle da informação por uns poucos grupos e o regime democrático tornou-se, uma vez mais, um tema incontornável.

NOTAS

- ¹ A discussão que fazemos aqui resume argumentos apresentados com mais vagar em Miguel e Biroli (2011, cap. 3).
- ² O “ainda” pode ser contestado por visões mais entusiásticas sobre as novas tecnologias da informação e da comunicação. De fato, elas geraram uma multiplicidade de novas plataformas para a publicização de conteúdos. Permitem que grupos marginalizados construam suas redes e disputem a interpretação do mundo social. Trata-se de uma abertura importante, cujo impacto não deve ser desprezado. No entanto, sua posição ainda é sobretudo de reação à agenda e aos enquadramentos dominantes nos veículos tradicionais. A capacidade de produção da agenda, em particular, permanece quase de mão única: a velha mídia pauta sites, blogs e redes sociais todos os dias. O contrário ocorre com muito menor frequência.